

Carta - por um litoral de todos os Catarinenses

No próximo dia 7 de outubro, está previsto MAIS UM LEILÃO da ANP - Agência Nacional de Petróleo (ANP), a 17ª Rodada, colocando à venda 92 Blocos Marítimos, para exploração de petróleo e gás, distribuídos de norte a sul do Brasil. Santa Catarina está no foco desse debate, pois boa parte dos blocos está em área que irão afetar sobremaneira o litoral catarinense, as Bacias de Santos e de Pelotas.

O processo conduzido pela ANP até agora ignorou a necessidade de realização de audiências públicas para se apresentar a proposta e de se debater riscos e alternativas. O processo foi conduzido sem as fundamentais avaliações da vulnerabilidade ambiental da região sob influência do processo de exploração. Em conjunto estes argumentos já seriam suficientes para que o leilão fosse cancelado ou no mínimo adiado.

Aqueles que são signatários dessa nota reforçam a necessidade de cancelamento desse leilão considerando os seguintes pontos adicionais:

- 1) As áreas que estão incluídas nesse Leilão, em especial as de Santa Catarina, NUNCA antes foram incluídas em qualquer processo de exploração e, portanto, NÃO foram objetos de estudos de impactos ambientais, econômicos e sociais da exploração de Petróleo e Gás.
- 2) A Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) não foi feita previamente, conforme a legislação prescreve, sendo substituída por uma portaria do Ministério de Minas e Energia e do Ministério do Meio Ambiente de valor jurídico questionável.
- 3) Nas áreas a serem leiloadas, assim como nas áreas costeiras de influência, temos ecossistemas vulneráveis, unidades de conservação (como reservas e parques naturais), áreas indígenas e quilombolas, florestas submersas cuja fisionomia é determinada por corais e algas, rotas de migração e de reprodução de espécies, sendo muitas ameaçadas de extinção.
- 4) A toxicidade de vazamentos crônicos operacionais e resultado de eventuais acidentes pode resultar em prejuízos à pesca artesanal e industrial, comprometendo o sustento de mais de 300 mil profissionais do mar.
- 5) As condições severas do clima e da hidrodinâmica da região Sul, onde se observam as maiores ondas e ventos mais fortes de nosso litoral, tornam elevadíssimos os riscos de desastres ambientais resultado de vazamentos.
- 6) A toxicidade do petróleo e de seus constituintes para o ambiente e para o ser humano é alta e não existem limites seguros para a exposição a estes contaminantes
- 7) Eventuais comprometimentos ambientais podem por em risco atividades como o turismo e a maricultura, além da já mencionada pesca.

- 8) O atual modelo de exploração entrega o patrimônio nacional na mão de petroleiras estrangeiras em sua maioria, deixando efêmeros benefícios econômicos e todos os prejuízos socioambientais que pode ser duradouros!
- 9) A ausência de obrigatoriedade de compra de equipamentos e serviços brasileiros, fim da obrigatoriedade do conteúdo nacional, compromete ainda mais a eventual possibilidade de que vantagens econômicas do processo pudessem ser capitalizadas pelo setor produtivo nacional.
- 10) A política de expansão da exploração e consumo de combustíveis fósseis contraria os acordos internacionais e os compromissos já assumidos pelo Brasil, em convenções como o Acordo de Paris no âmbito das Nações Unidas, bem como convenções sobre diversidade biológica.
- 11) No atual contexto de agravamento das mudanças climáticas, é mandatória a busca por fontes energéticas alternativas e não poluentes, que possam ser a base de uma economia regenerativa e distributiva, a fim de promover a justiça socioambiental.

Com base nessas razões, os signatários desta nota reforçam que o litoral é um patrimônio de todos os catarinenses e solicitam o cancelamento da 17ª rodada.